

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº de 2019.
(Do Sr. Ricardo Izar e Sra. Celina Leão)

Solicito a realização de Audiência Pública para discutir a possível regularização da Colônia Agrícola 26 de Setembro no Distrito Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, III c/c art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de reunião de Audiência Pública, nesta Comissão Permanente, no intuito de discutir a possível regularização da Colônia Agrícola 26 de Setembro no Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

No princípio eram 1.080 famílias acampadas na Fazenda Sarandi no Município de Planaltina – DF. Esse acampamento começou em 22 de abril de 1996 e no dia 27 de julho de 1996.

Já no dia 26 de setembro de 1996, todas as famílias foram transferidas, sendo parte para o assentamento Três Conquistas no PADEF – DF e o restante, foram assentadas no local atual que recebeu o nome de “Assentamento 26 de Setembro”.

As famílias foram assentadas na área pelo Decreto nº 17.502 de 10/01/1996, assinado pelo então Governador Cristovam Buarque, sob a responsabilidade da Fundação Zoobotânica. Cada família recebeu um quinhão de terra de tamanhos variado.

A área era coberta por Eucaliptos e Pinus, madeira de origem australiana de uma plantação feita pela Proflora SA na década de 70.

Em seguida, ocorreu o início de implantação de infraestrutura como: recuperação e cascalhamento das ruas, escolas, apoio as famílias entre outros.

Em 1999, iniciou-se a repressão, os assentados começaram a ser perseguidos por políticos de ideologias diferentes do governo que fez o assentamento, com isto, a escola e demais benefícios foram retirados.

A polêmica sobre a permanência dos assentados devia ter tido um ponto final com a edição do Decreto presidencial 1.299, em 1998 para a criação da Floresta Nacional de Brasília, porém, as famílias não foram transferidas para outras áreas.

Em 1996 criaram e assentaram várias famílias, em 1998 resolveram transformar o assentamento em área de conservação ambiental.

Os trabalhadores foram proibidos de plantar e retirar da terra o seu próprio sustento, sendo tratados como marginais e vigiados dia e noite.

Após decisão judicial o Governo do Distrito Federal deveria remover os moradores e assentá-los em outra área dentro do DF nas mesmas condições e próxima da atual área. Foi dado um prazo de 180 dias para o cumprimento da sentença. Porém, o tempo passou e o GDF não cumpriu a decisão judicial e o processo foi remetido para a segunda instância, Federal.

Mesmo em meio a tanta incertezas os moradores colocaram energia com recursos próprios nas ruas 1, 2 e 3 e começaram a enfrentar o governo e reformando algumas casas e arando a terra para o plantio e sustento das famílias.

Devido ao descaso, muitas chácaras foram abandonadas, outras tomadas por uso de força e algumas vendidas para pessoas do próprio governo e da Câmara Legislativa do DF. Assentados não tendo como sobreviver, começaram a vender parte das terras adquiridas para sustentar suas famílias.

Com as vendas, começaram a aparecer os parcelamentos na área, que ainda é irregular, pois os valores eram baixos e acessíveis a pessoas que não tinham onde morar.

As pessoas que buscavam um lugar onde morar foram construindo seus lares e transformando a área no que se encontra hoje, uma comunidade com milhares de moradores, chegando a aproximadamente 6 mil famílias em sua maioria de baixa renda que esperam apoio do governo.

Hoje, 22 anos após sua criação, a área se encontra abandonada a espera de instrumentos públicos como escolas, postos de saúde, posto policial e infraestrutura.

Portanto, solicito esta Audiência Pública para que possamos debater e encontrar soluções para solucionar este grande caos que a Colônia Agrícola 26 de Setembro, no Distrito Federal, vem sofrendo em decorrência da não regularização, o que gera a falta de infraestrutura básica para as mais de 6 mil famílias moradoras da região.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2019.

Dep. Ricardo Izar
Progressistas-SP

Dep. Celina Leão
Progressistas-DF